

# SIMULADO AMOSTRA

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA**

**Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador**



## PROVA OBJETIVA

### Língua Portuguesa

**01. A frase que está em conformidade com a ortografia oficial é:**

A Não interessa recaptular a indesejável dissensão, mas sim aliviar as tensões agudizadas pelo desnecessário enxerto de questões polêmicas.

B Sempre quis ser assessora de moda em lojas, mas eram tantos os empecilhos, que acabou por vencer a ojeriza de coser sob encomenda e, com isso, tornou-se grande costureira.

C Endoidescia o marido com seus gastos extravagantes, pois acreditava que o tão desejado charme era questão de plumas e brilhos esplendorosos, de preferência, vindos do exterior.

D Quando disse que não exitaria em abandonar o emprego de sopetão e ir relaxar numa praia distante, lhe disseram que seria sandice, mas não conseguiram vencer o fascínio da aventura.

E Representava na peça um cafageste que tratava a todos com escárneo, mas sua atuação era sempre tão fascinante que diariamente angariava a simpatia de toda a platéia.

**Texto I (Questões 02 a 07)**

Nunca pude entender a conversação que tive com uma senhora, há muitos anos, contava eu dezessete, ela, trinta. Era noite de Natal. Havendo ajustado com um vizinho irmos à missa do galo, preferi não dormir; combinei que eu iria acordá-lo à meia-noite.

A casa em que eu estava hospedado era a do escrivão Meneses, que fora casado, em primeiras núpcias, com uma de minhas primas. A segunda mulher, Conceição, e a mãe desta acolheram-me bem quando vim de Mangaratiba para o Rio de Janeiro, meses antes, a estudar preparatórios. Vivia tranquilo, naquela casa assobradada da Rua do Senado, com os meus livros, poucas relações, alguns passeios. A família era pequena, o escrivão, a mulher, a sogra e duas escravas. Costumes velhos. Às dez horas da noite toda a gente estava nos quartos; às dez e meia a casa dormia. Nunca tinha ido ao teatro, e mais de uma vez, ouvindo dizer ao Meneses que ia ao teatro, pedi-lhe que me levasse consigo. Nessas ocasiões, a sogra fazia uma careta, e as escravas riam à socapa; ele não respondia, vestia-se, saía e só tornava na manhã seguinte. Mais tarde é que eu soube que o teatro era um eufemismo em ação. Meneses trazia amores com uma senhora, separada do marido, e dormia fora de

casa uma vez por semana. Conceição padecera, a princípio, com a existência da comborça\*; mas afinal, resignara-se, acostumara-se, e acabou achando que era muito direito.

Boa Conceição! Chamavam-lhe “a santa”, e fazia jus ao título, tão facilmente suportava os esquecimentos do marido. Em verdade, era um temperamento moderado, sem extremos, nem grandes lágrimas, nem grandes risos. Tudo nela era atenuado e passivo. O próprio rosto era mediano, nem bonito nem feio. Era o que chamamos uma pessoa simpática. Não dizia mal de ninguém, perdoava tudo. Não sabia odiar; pode ser até que não soubesse amar.

Naquela noite de Natal foi o escrivão ao teatro. Era pelos anos de 1861 ou 1862. Eu já devia estar em Mangaratiba, em férias; mas fiquei até o Natal para ver “a missa do galo na Corte”. A família recolheu-se à hora do costume; eu meti-me na sala da frente, vestido e pronto. Dali passaria ao corredor da entrada e sairia sem acordar ninguém. Tinha três chaves a porta; uma estava com o escrivão, eu levaria outra, a terceira ficava em casa.

— Mas, Sr. Nogueira, que fará você todo esse tempo? perguntou-me a mãe de Conceição.

— Leio, D. Inácia.

Tinha comigo um romance, os Três Mosqueteiros, velha tradução creio do Jornal do Comércio. Sentei-me à mesa que havia no centro da sala, e à luz de um candeeiro de querosene, enquanto a casa dormia, trepei ainda uma vez ao cavalo magro de D'Artagnan e fui-me às aventuras. Os minutos voavam, ao contrário do que costumam fazer, quando são de espera; ouvi bater onze horas, mas quase sem dar por elas, um acaso. Entretanto, um pequeno rumor que ouvi dentro veio acordar-me da leitura.

Machado de Assis. Contos: uma antologia – Adaptado

\*comborça: qualificação humilhante da amante de homem casado

**02. No contexto, denota incerteza o verbo sublinhado em:**

A “A família recolheu-se à hora do costume; eu meti-me na sala da frente, vestido e pronto.”

B “Tinha três chaves a porta; uma estava com o escrivão, eu levaria outra, a terceira ficava em casa.”

C “A casa em que eu estava hospedado era a do escrivão Meneses.”

D “Não dizia mal de ninguém, perdoava tudo.”

E “Tinha comigo um romance, os Três Mosqueteiros, velha tradução creio do Jornal do Comércio.”

**03. Em relação à infidelidade do marido, a reação inicial de Conceição é de**

- A rancor.
- B constrangimento.
- C resignação.
- D angústia.
- E “indiferença”.

**04. Verifica-se o emprego de vírgula para assinalar a supressão de um verbo em:**

- A A família era pequena, o escrivão, a mulher, a sogra e duas escravas.
- B Tinha três chaves a porta; uma estava com o escrivão, eu levaria outra, a terceira ficava em casa.
- C A casa em que eu estava hospedado era a do escrivão Meneses, que fora casado, em primeiras núpcias, com uma de minhas primas.
- D Nunca pude entender a conversação que tive com uma senhora, há muitos anos, contava eu dezessete, ela, trinta.
- E Vivía tranquilo, naquela casa assobradada da Rua do Senado, com os meus livros, poucas relações, alguns passeios.

**05. Nunca tinha ido ao teatro, e mais de uma vez, ouvindo dizer ao Meneses que ia ao teatro, pedi-lhe que me levasse consigo. Nessas ocasiões, a sogra fazia uma careta, e as escravas riam à socapa; ele não respondia, vestia-se, saía e só tomava na manhã seguinte. Mais tarde é que eu soube que o teatro era um eufemismo em ação. Meneses trazia amores com uma senhora, separada do marido, e dormia fora de casa uma vez por semana. (2º parágrafo) Nesse trecho, o narrador acaba por caracterizar um eufemismo. Tendo em vista essa caracterização, verifica-se outro exemplo de eufemismo na seguinte frase:**

- A Eu vi com os meus próprios olhos.
- B Logo após conversar com a filha, ele passou desta para uma melhor.
- C Ele sempre foi assim: sutil como um elefante.
- D Fazia um século que eles não se encontravam.
- E As suas palavras cortaram bruscamente o silêncio.

**06. Havendo ajustado com um vizinho irmos à missa do galo, preferi não dormir (1º parágrafo) Em relação à oração que o sucede, o trecho sublinhado expressa ideia de**

- A concessão.
- B causa.
- C comparação.

- D condição.
- E consequência.

**07. A casa em que eu estava hospedado era a do escrivão Meneses, que fora casado, em primeiras núpcias, com uma de minhas primas. (2º parágrafo) Os pronomes relativos sublinhados referem-se, respectivamente, a**

- A “eu” e “escrivão Meneses”.
- B “A casa” e “uma de minhas primas”.
- C “escrivão Meneses” e “uma de minhas primas”.
- D “eu” e “uma de minhas primas”.
- E “A casa” e “escrivão Meneses”.

**Texto II (Questão 08)**

### Melancolia e criatividade

Desde sempre o sentimento da melancolia gozou de má fama. O melancólico é costumeiramente tomado como um ser desanimado, depressivo, “pra baixo”, em suma: um chato que convém evitar. Mas é uma fama injusta: há grandes melancólicos que fazem grande arte com sua melancolia, e assim preenchem a vida da gente, como uma espécie de contrabando da tristeza que a arte transforma em beleza. “Pra fazer um samba com beleza é preciso um bocado de tristeza”, já defendeu o poeta Vinícius de Moraes, na letra de um conhecido samba seu.

Mas a melancolia não para nos sambas: ela desde sempre anima a literatura, a música, a pintura, o cinema, as artes todas. Anima, sim: tanto anima que a gente gosta de voltar a ver um bom filme melancólico, revisitar um belo poema desesperançado, ouvir uma vez mais um inspirado noturno para piano. Ou seja: os artistas melancólicos fazem de sua melancolia a matéria-prima de uma obra-prima. Sorte deles, nossa e da própria melancolia, que é assim resgatada do escuro do inferno para a nitidez da forma artística bem iluminada.

Confira: seria possível haver uma história da arte que deixasse de falar das grandes obras melancólicas? Por certo se perderia a parte melhor do nosso humanismo criativo, que sabe fazer de uma dor um objeto aberto ao nosso reconhecimento prazeroso. Charles Chaplin, ao conceber Carlitos, dotou essa figura humana inesquecível da complexa composição de fracasso, melancolia, riso, esperteza e esperança. O vagabundo sem destino, que vive a apanhar da vida, ganhou de seu criador o condão de emocionar o mundo não com feitos gloriosos, mas com a resistente poesia que o faz enfrentar a vida munido da força interior de um melancólico disposto a trilhar com

determinação seu caminho, ainda que no rumo a um horizonte incerto.

Humberto Couto Villares

**08. No primeiro parágrafo do texto, justifica-se a relação possível entre melancolia e criatividade quando se afirma que**

A é comum haver nas pessoas uma reação de má vontade contra obras de artistas nas quais o sentimento predominante seja o da melancolia.

B é indispensável a ação da tristeza e do sentimentalismo quando se procura criar uma obra de arte de grande envergadura.

C o sentimento da melancolia pode se estabelecer de modo a gerar uma obra artística cuja beleza tenha ressonância em nossa vida.

D a força das grandes obras de arte deixa ver que a expressão da melancolia já é suficiente para transformá-la em alegria.

E a tristeza dos grandes melancólicos inspira os artistas que se valem dela para criar e desenvolver suas melhores personagens.

## Matemática e Raciocínio Lógico

**09. Cento e quarenta tarefas anuais serão distribuídas entre 4 funcionários diretamente proporcional ao tempo de empresa de cada um. Dois dos funcionários têm 6 anos de empresa. Dos 4 funcionários, aquele que tem mais tempo de empresa possui o triplo dos anos de empresa do único funcionário dos 4 com menos de 6 anos de empresa. Se a média aritmética simples dos anos de empresa dos 4 funcionários é de 7 anos, o funcionário com mais anos de empresa receberá a quantidade de tarefas anuais igual a**

- A 65
- B 64
- C 58
- D 66
- E 60

**10. Em uma empresa com 25 funcionários só existem as funções de contador e de administrador. Nenhum dos funcionários acumula mais de uma função e todos têm grau de escolaridade superior incompleto ou superior completo. Sabe-se que apenas 6 contadores têm superior completo, o que corresponde a 40% dos funcionários da empresa com superior incompleto. Sendo assim, o número de funcionários na função de administrador que possuem superior completo é igual a**

- A 2
- B 6
- C 5
- D 4
- E 3

**11. Hoje, a soma das idades de pai e filho é igual a 36. A razão entre as idades de ambos, daqui a 7 anos, será igual a  $\frac{7}{3}$ . Dessa maneira pode-se calcular que a razão entre a idade do filho há 3 anos e a idade do pai daqui a 7 anos é**

- A  $\frac{1}{3}$ .
- B  $\frac{3}{7}$ .
- C  $\frac{1}{4}$ .
- D  $\frac{1}{7}$ .
- E  $\frac{3}{4}$ .

**12. Determinada carreira profissional, em um órgão público, apresenta 5 níveis de salários com uma distribuição demonstrada no quadro abaixo.**

Salários (R\$)	1.500,00	2.000,00	2.500,00	3.000,00	3.500,00
Quantidade de Funcionários	10	15	25	20	5

**Se, com relação aos salários desta carreira profissional, Me é a média aritmética, Md a mediana e Mo a moda correspondentes, tem-se que:**

- A  $Me = Mo = Md$
- B  $Me > Md$  e  $Mo > Md$
- C  $Me > Mo$  e  $Mo = Md$
- D  $Me < Md$  e  $Mo > Md$
- E  $Me < Mo$  e  $Md = Mo$

**13. Uma população é formada por 4 elementos, ou seja, {4, 5, 5, 8}. O coeficiente de variação, definido como o resultado da divisão do respectivo desvio padrão pela média aritmética da população, é igual a**

- A  $\frac{3}{11}$ .
- B  $\frac{9}{22}$ .
- C  $\frac{3}{22}$ .
- D  $\frac{9}{11}$ .
- E  $\frac{1}{5}$ .

**14. Daniel lê 5 páginas, por dia, de um livro, exceto sábado e domingo, em que ele lê 20 e 25 páginas, respectivamente. Daniel começa a ler um livro de 350 páginas em um domingo. O número de dias consecutivos que Daniel levará para ler todo o livro é**

- A 30.
- B 32.
- C 40.
- D 35.
- E 28.

**15. Um navio de carga, com toda sua capacidade ocupada, pode transportar 1 800 caixas do tipo A ou 1 350 caixas do tipo B. Se o navio for carregado com 800 caixas do tipo A, então ele ainda poderá transportar um número de caixas do tipo B, no máximo, igual a**

- A 750.
- B 700.
- C 675.
- D 725.
- E 650.

## **Legislação**

**16. Em matéria de frequência ao serviço e cumprimento da carga horária, o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia (Lei Estadual nº 6.677/94) estabelece que poderá:**

A o servidor, sem qualquer prejuízo, ausentar-se do serviço por 3 (três) dias consecutivos, para doação de sangue, desde que comprovado ato por meio de atestado médico;

B o servidor ausentar-se do serviço por 15 (quinze) dias consecutivos, por motivo de falecimento de cônjuge, companheiro, pais, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos, desde que comprovados com atestado de óbito;

C ser concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade do horário escolar com o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo, exigida a compensação de horários na repartição e respeitada a duração semanal do trabalho;

D ser concedido, a critério do chefe imediato, horário especial ao servidor que acumule outro cargo público, desde que não haja prejuízo ao trabalho, respeitado, no mínimo, o cumprimento de 90% (noventa por cento) de ambas as cargas horárias;

E o servidor ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo, até 30 (trinta) dias, por período de trânsito, compreendido como o tempo gasto pelo servidor que mudar de sede, contados da data do desligamento.

**17. Em relação à licença à gestante e à adotante, o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia estabelece que:**

A à servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança de até 1 (um) ano de idade serão concedidos 30 (trinta) dias de licença;

B pelo nascimento ou adoção de filho, o servidor terá direito à licença-paternidade de 20 (vinte) dias consecutivos;

C no caso de aborto não criminoso, atestado por médico oficial, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias de repouso;

D no caso de natimorto, decorridos (cinco) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico e, se julgada apta, reassumirá o exercício;

E à servidora gestante será concedida, mediante atestado médico, licença por (noventa) dias consecutivos.

**18. Sobre o regime disciplinar do servidor público do estado da Bahia, previsto na Lei Estadual n. 6.677/94, assinale a afirmativa incorreta.**

A O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

B A natureza e a gravidade das penas que mais impostas ao servidor não devem constar dos assentamentos individuais.

C Na aplicação das penalidades, serão consideradas, dentre outras, como circunstâncias agravantes ou atenuantes.

D A penalidade de advertência terá seu registro cancelado, após o decurso de 2 (dois) anos de efetivo exercício, se o servidor não praticar, nesse período, nova infração disciplinar.

E A aposentadoria ou disponibilidade do inativo será cassada se ele houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.

**19. Determinado Juiz de Direito do Tribunal de Justiça da Bahia foi denunciado criminalmente pelo Ministério Público Estadual, que lhe imputa a prática de crime comum. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, é competente para processá-lo e julgá-lo originariamente:**

A o Tribunal Pleno;

B a Turma Criminal, escolhida por livre distribuição;

C a Seção Criminal;

D a Câmara Criminal, escolhida por livre distribuição;

E o Juízo Criminal de primeiro grau do local do fato, escolhido por livre distribuição.

**20. Segundo a Lei n.º 10.845/2007, a classificação das comarcas se dá de acordo com algumas**

**condições. Para se tornar uma entrância intermediária, a comarca deve ter**

A aforamento anual de aproximadamente seiscentos feitos de jurisdição contenciosa.

B receita tributária superior ao triplo da exigida para a criação do município.

C extensão territorial de até duzentos quilômetros quadrados.

D população de até cinquenta mil habitantes, dos quais pelo menos 40% devem residir na respectiva sede.

E colégio eleitoral correspondente a 30% da população.

## **Direito Constitucional**

**21. Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.**

A É objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, dentre outros, a solução pacífica das controvérsias.

B É fundamento da República Federativa do Brasil, dentre outros, garantir o desenvolvimento nacional.

C É princípio que rege a República Federativa do Brasil, nas suas relações internacionais, dentre outros, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

D É objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, dentre outros, a soberania.

E É princípio que rege a República Federativa do Brasil, nas suas relações internacionais, dentre outros, a prevalência dos Direitos Humanos.

**22. Quanto ao seu funcionamento, o partido político**

A pode receber recursos financeiros de entidade estrangeira, desde que esta não tenha fins lucrativos.

B deverá prestar contas ao Ministério Público e ao TCU.

C deve observar a vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

D que, na soma de senadores e deputados federais, eleger quinze parlamentares, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, terá assegurado acesso gratuito a rádio e televisão e, ainda, o direito a recursos do fundo partidário.

E deve, necessariamente, ter caráter nacional.

**23. A respeito dos direitos fundamentais, a liberdade de expressão**

A é conceituada como a possibilidade de o cidadão criar ou ter acesso a diversas fontes de dados, como notícias, livros e jornais, sem interferência do Estado.

B é livre, sendo vedado o anonimato. É defeso o direito de resposta.

C constitui-se elemento fundante da ordem constitucional e deve ser exercida com sobrepujança aos demais direitos e às garantias fundamentais, alcançando, nessa ótica, condutas reveladoras de discriminação.

D existe para a manifestação de opiniões contrárias, jocosas, satíricas e até mesmo errôneas, mas não para opiniões criminosas, discurso de ódio ou atentados contra o Estado Democrático de Direito e a democracia.

E não foi eleita pelo constituinte, seja originário, seja reformador, como um direito fundamental.

**24. Roberta é secretária executiva com vínculo empregatício em uma empresa privada há mais de dois anos. Em conformidade com a Constituição Federal, é direito de Roberta, dentre outros, seguro-desemprego, em caso de desemprego**

A involuntário (dispensa por justa causa); remuneração do serviço extraordinário superior, no máximo, em cinquenta por cento à do normal; assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até sete anos de idade em creches e pré-escolas; décimo terceiro salário com base na remuneração integral.

B voluntário ou involuntário; assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até sete anos de idade em creches e pré-escolas; décimo terceiro salário com base na remuneração integral.

C voluntário ou involuntário; décimo terceiro salário com base na remuneração integral; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

D involuntário (dispensa sem justa causa); décimo terceiro salário com base na remuneração integral; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

E voluntário ou involuntário; assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até sete anos de idade em creches e pré-escolas; remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.

**25. Acerca das disposições constitucionais relativas ao Poder Judiciário, assinale a opção correta.**

A Os juízes não podem se dedicar à atividade político-partidária, ainda que estejam de férias ou licença.

B A vitaliciedade dos juízes é adquirida após três anos de efetivo exercício do cargo.

C presidente do Superior Tribunal de Justiça desempenha o cargo de presidente do Conselho Nacional de Justiça.

D A atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedadas as férias coletivas em todo o Poder Judiciário.

E A regra do quinto constitucional aplica-se ao Superior Tribunal de Justiça.

**26. A composição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) inclui um**

A membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador-Geral de Justiça.

B juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.

C desembargador do Tribunal de Justiça, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.

D juiz estadual, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.

E juiz federal, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.

**27. Assinale abaixo o que NÃO é da competência privativa do Presidente da República:**

A Nomear e exonerar os Ministros de Estado.

B Autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.

C Exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal.

D Decretar e executar a intervenção federal.

E Manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos.

**Direito Administrativo**

**28. Após ultrapassados dois meses da prática de um ato administrativo, a Administração pública retirou-o do mundo jurídico, por constatar grave vício relativo ao motivo do ato. No caso narrado, o desfazimento do ato deu-se através do instituto da**

A discricionariedade.

B revogação.

C convalidação.

D vinculação.

E anulação.

**29. Acerca dos atos administrativos, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).**

( ) O elemento finalidade do ato administrativo é resultado que a Administração quer alcançar com a prática do ato.

( ) O elemento forma do ato administrativo é o efeito jurídico imediato que o ato produz.

( ) O elemento motivo do ato administrativo é o pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento ao ato administrativo.

**Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.**

A V - V - V

B V - F - V

C F - F - V

D V - V - F

E F - V - F

**30. O ato de improbidade administrativa**

A nunca corresponde a tipo penal.

B não caracteriza ilícito de natureza civil nem política.

C não corresponde a ilícito administrativo.

D não implica a suspensão de direitos políticos.

E não constitui, por si só, crime.

**31. Quanto à concessão e à permissão de serviços públicos, assinale a alternativa correta.**

A Permissão de serviço público é o contrato administrativo por meio do qual a Administração Pública transfere à pessoa jurídica ou a um consórcio de empresas a execução de certa atividade de interesse coletivo, remunerada por meio do sistema de tarifas pagas pelos usuários.

B A concessão de serviço público precedida da execução de obra pública é o contrato administrativo por meio do qual o poder público ajusta com pessoa jurídica ou consórcio de empresas a execução de determinada obra pública, por sua conta e risco, delegando ao construtor, após a conclusão, sua exploração por determinado prazo.

C O contrato de concessão é unilateral, comutativo, intuito personae e formal.

D Ao executar o serviço, o concessionário não assume os riscos do empreendimento, os quais recaem sobre o poder concedente.

E A permissão tem natureza jurídica de fato administrativo, indicando o consentimento que a Administração dispensa a determinada pessoa física ou jurídica para executar serviço público de forma centralizada.

**32. A possibilidade de a Administração fazer acordos ou transações é uma relativização da aplicação do princípio da**

- A segurança jurídica.
- B moralidade.
- C indisponibilidade do interesse público.
- D impessoalidade.
- E eficiência.

**33. No que se refere aos poderes administrativos, assinale a alternativa correta.**

- A O poder disciplinar consiste na prerrogativa reconhecida à Administração Pública para investigar e punir, após o contraditório e a ampla defesa, os agentes públicos, na hipótese de infração funcional, e os demais administrados sujeitos à disciplina especial administrativa.
- B O poder hierárquico compreende a prerrogativa reconhecida à Administração Pública para restringir e condicionar, com fundamento na lei, o exercício de direitos com o objetivo de atender ao interesse público.
- C O poder normativo diz respeito à relação de subordinação administrativa entre agentes públicos, que pressupõe a distribuição e o escalonamento vertical de funções no interior da organização administrativa.
- D O poder de polícia consiste na prerrogativa reconhecida à Administração Pública para editar atos administrativos gerais para fiel execução das leis.
- E O abuso do poder pode ocorrer na modalidade desvio de poder ou de finalidade, em que a atuação do agente público extrapola a competência delimitada pela lei.

**34. Segundo a Constituição Federal, a administração pública é classificada como direta e indireta. Qual alternativa abaixo apresenta APENAS entidades da administração indireta?**

- A Autarquia, Fundação Pública e Sociedade de Economia Mista.
- B Autarquia, Ministério Público e Tribunais de Conta.
- C Ministério Público, Prefeituras e Tribunais de Justiça.
- D Empresa Pública, Sociedade Anônima e Empresa Privada.
- E Empresa Pública, Sociedade Limitada e Tribunais de Justiça.

## Direito Civil

**35. Assinale a opção correta a respeito de posse, propriedade e condomínio, considerando a jurisprudência do STJ e as disposições do Código Civil.**

- A São princípios do registro imobiliário a legalidade e a distinção das matrículas.
- B A alienação de bem por herdeiro aparente em favor de comprador de boa-fé é exemplo de venda a non domino.
- C O atual Código Civil brasileiro adota preponderantemente a teoria subjetiva da posse
- D A usucapião extraordinária tem o prazo prescricional interrompido quando a notificação do proprietário para a desocupação do bem é feita após o implemento dos requisitos aquisitivos.
- E A pretensão do condomínio de cobrar em juízo a taxa condominial, constante em instrumento público ou particular, prescreve no prazo de dois anos, contados do dia do vencimento da prestação.

**36. Acerca da personalidade e da capacidade das pessoas naturais, assinale a alternativa correta.**

- A Aqueles que, por causa permanente, não puderem exprimir sua vontade são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- B Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de morte, a tratamento médico ou à intervenção cirúrgica.
- C Segundo entendimento majoritário, o menor de dezessete anos de idade que se divorciar retornará à situação de relativamente incapaz.
- D Em todos os casos, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- E A proteção dos atributos morais da personalidade para a propositura de ação de responsabilidade está reservada somente às pessoas físicas.

**37. O atributo da pessoa natural, conferido pela legislação civil, que a qualifica a firmar negócios de grandes riscos, sem auxílio ou intervenção de outra pessoa, e, conseqüentemente, a assumir eventuais perdas refere-se à**

- A aptidão.
- B titularidade.
- C capacidade.
- D vontade.
- E maioridade.

**38. No que tange às especificidades dos contratos em espécie no Código Civil, assinale a opção correta.**

- A É nula a venda de ascendente a descendente, salvo se houver expresso consentimento dos outros descendentes e do cônjuge do alienante.
- B Na locação de coisas por tempo determinado, esta cessará de pleno direito ao final do prazo estipulado, independentemente de notificação ou aviso.
- C O depositário não responderá pelos casos de força maior, independentemente de prova do ocorrido.
- D O segurador será obrigado a pagar em pecúnia o prejuízo resultante do risco assumido, ainda que seja convencionada a reposição da coisa.
- E A doação a entidade futura prescreverá se, em dois anos, não estiver regularmente constituída.

**39. É nulo o casamento contraído**

- A entre indivíduos menores de idade.
- B em razão de vício de vontade.
- C por infringência de impedimento.
- D por incapacidade de manifestação inequívoca de consentimento.
- E por incompetência da autoridade celebrante.

**40. A respeito da partilha dos bens deixados por pessoa falecida, assinale a opção correta.**

- A Por meio de instrumento público, o testador poderá proibir o herdeiro de requerer a partilha.
- B É vedado ao testador indicar os bens e os valores que devem compor os quinhões hereditários.
- C Sendo capazes os herdeiros, a partilha amigável pode ser efetuada por escrito particular.
- D É nula a partilha feita por ascendente por ato de última vontade.
- E Se os bens forem insuscetíveis de divisão cômoda, a alienação deverá ser realizada mediante autorização judicial.

## **Direito Processual Civil**

**41. É correto afirmar de acordo com direito processual civil:**

- A A concessão de gratuidade não afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.
- B O direito à gratuidade da justiça será deferido em relação ao processo em curso, estendendo-se ao litisconsorte ou ao sucessor do beneficiário, salvo

disposição diversa contida no despacho de deferimento.

- C Sob pena de preclusão, o pedido da gratuidade da justiça deverá ser formulado na primeira oportunidade em que a parte hipossuficiente se manifesta nos autos.
- D O réu que reconhecer o pedido e, simultaneamente, cumprir integralmente com o objeto da demanda judicial terá um abatimento de até cinquenta por cento nos honorários advocatícios sucumbenciais.
- E Quando os honorários forem fixados em quantia certa, os juros moratórios incidirão a partir da data em que for proferida a decisão que arbitrou a quantia.

**42. A preclusão temporal baliza o exercício do contraditório e ampla defesa pelas partes no processo. Desta forma, os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei, observando-se que**

- A quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos levando em conta a equidade.
- B quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridos 5(cinco) dias.
- C inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 10(dez) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- D será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.
- E na contagem de qualquer prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão apenas os dias úteis.

**43. De acordo com o Código de Processo Civil, é lícito ao autor apresentar pedido de desistência da ação até**

- A a audiência de instrução, se houver.
- B a audiência de conciliação.
- C o oferecimento da contestação.
- D a sentença.
- E o saneamento do processo.

**44. As normas processuais cíveis poderão ser aplicadas a outros processos na ausência de normas processuais específicas ou regulamentadoras, como é o caso dos ramos do direito eleitoral, trabalhista ou administrativo. Qual a hipótese legal para a aplicação do CPC nos ramos mencionados? Assinale.**

- A De forma supletiva e subsidiária.
- B De forma direta e supletiva.
- C De forma direta e subsidiária.
- D Apenas a título subsidiário.

E Apenas a título supletivo.

**45. O Código de Processo Civil, para a fase cognitiva, não mais prevê os procedimentos ordinário e sumário, mas apenas o procedimento comum e os procedimentos especiais. Sobre o procedimento comum da fase cognitiva, é CORRETO afirmar:**

A O juiz deverá indeferir a petição inicial quando verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição.

B Como regra, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz citará o réu para contestar, no prazo de quinze dias, contados da juntada aos autos da prova da citação, sob pena de revelia.

C Considera-se inepta a petição inicial quando o pedido for indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico.

D O réu não pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.

E Ao réu revel descabe a produção de provas, contrapostas às alegações do autor, ainda que se faça representar nos autos a tempo de praticar os atos processuais indispensáveis a essa produção.

**46. Sob o aspecto processual, a ação popular é uma ação civil regida, em regra, pelo procedimento**

A ordinário.

B especial.

C da Lei do Mandado de Segurança.

D sumário.

E da Lei de Improbidade Administrativa.

## **Direito Penal**

**47. No que concerne ao tempo do crime, a lei penal brasileira adotou a teoria**

A da atividade.

B da ubiquidade.

C mista.

D do resultado.

E da subsidiariedade.

**48. NÃO se aplica, em regra, a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de**

A barco mercante estrangeiro de propriedade privada em águas territoriais brasileiras.

B navio de cruzeiro de propriedade de empresa estrangeira em águas territoriais brasileiras.

C aeronave brasileira a serviço do governo brasileiro em espaço aéreo estrangeiro.

D barco pesqueiro brasileiro de propriedade particular em águas territoriais estrangeiras.

E aeronave comercial estrangeira em voo no espaço aéreo brasileiro.

**49. O uso da analogia para punir alguém por ato não previsto expressamente em lei, mas semelhante a outro por ela definido,**

A é permitido, se o fato for contrário ao sentimento do povo na época em que o ato foi praticado.

B é vedado, por importar em violação do princípio da legalidade.

C é vedado, por contrariar o princípio da proporcionalidade da lei penal.

D é permitido, se o fato for contrário aos princípios fundamentais do Direito Penal.

E só é permitido se estiver fundado no direito consuetudinário.

**50. No concurso de pessoas,**

A se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste, essa pena será aumentada de 1/3 a 2/3, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

B quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua periculosidade.

C não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.

D o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega a ser consumado.

E se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída até metade.

**51. A prescrição**

A da pretensão executória não recebe influência da reincidência em sua contagem de prazo.

B é incabível em caso de medida de segurança em razão da periculosidade do agente.

C em caso de crime continuado regula-se pela pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação.

D da pretensão punitiva corre sempre que pendentes embargos de declaração ou recursos aos Tribunais Superiores.

E em caso de revogação do livramento condicional é regulada por todo o tempo da pena.

#### **52. O perdão do ofendido**

A é admissível mesmo depois que passa em julgado a sentença condenatória.

B prejudica o direito dos outros, se concedido por um dos ofendidos.

C não aproveita a todos, se concedido apenas a um dos querelados.

D só é admissível se expresso.

E exige aceitação do querelado para produzir efeito.

#### **53. Marino, desempregado, agrediu física e gravemente Josias, funcionário público competente para a realização de determinado ato legal. Agredido, Josias foi impedido de executar sua função. Nesse caso, de acordo com o Código Penal, Marino responderá pelo crime de**

A resistência, aplicando-se somente a pena de detenção prevista para esse crime.

B resistência, aplicando-se a pena de detenção, sem prejuízo da correspondente à violência.

C resistência, aplicando-se a pena de reclusão, sem prejuízo da correspondente à violência.

D desobediência, aplicando-se a pena de reclusão, sem prejuízo da correspondente à violência.

E desobediência, aplicando-se somente a pena de detenção prevista para esse crime.

#### **54. Comete o crime de**

A falsa identidade aquele faz uso de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) falsa para conduzir veículo automotor.

B falso testemunho aquele que imputa a outrem falsamente fato definido como crime.

C falsidade de atestado médico aquele produz atestado falso se passando pela condição de médico.

D uso de documento falso aquele que faz uso de documento particular falso.

E falsificação de documento público aquele que insere em documento público declaração falsa com o fim de prejudicar direito de terceiro.

## **Direito Processual Penal**

#### **55. A lei processual penal,**

A não admite aplicação analógica, salvo para beneficiar o réu.

B não admite aplicação analógica, mas admite interpretação extensiva.

C somente pode ser aplicada a processos iniciados sob sua vigência.

D admite o suplemento dos princípios gerais de direito.

E admite interpretação extensiva, mas não o suplemento dos princípios gerais de direito.

#### **56. Sobre a ação penal, de acordo com o Código de Processo Penal,**

A o ofendido decairá no direito de queixa ou representação se não o exercer dentro do prazo de 6 meses, contados do dia do cometimento do fato delituoso.

B o inquérito policial é indispensável para a propositura da ação penal pública incondicionada.

C na ação penal pública condicionada à representação, sendo esta ato personalíssimo do ofendido, a sua morte acarreta a automática extinção da punibilidade do acusado.

D se o querelante deixar de promover seu andamento durante 15 dias seguidos, a ação penal privada restará perempta.

E a queixa, ainda quando a ação for privativa do ofendido, poderá ser aditada pelo Ministério Público, a quem caberá intervir em todos os termos subsequentes do processo.

#### **57. De acordo com o Código de Processo Penal, o inquérito policial em caso de indiciado solto, deverá terminar no prazo de**

A 90 dias.

B 120 dias.

C 30 dias.

D 45 dias.

E 81 dias.

#### **58. A prisão temporária poderá ser decretada**

A em caso de homicídio qualificado, pelo prazo de trinta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

B pelo juiz, sem ouvir o Ministério Público, na hipótese de representação da autoridade policial.

C sem fundamentação, em caso de comprovada urgência.

D pelo delegado de polícia responsável pelo caso, pelo prazo máximo de cinco dias.

E pelo juiz, em qualquer fase da ação penal.

#### **59. No procedimento comum sumário a defesa poderá arrolar até**

- A três testemunhas.
- B seis testemunhas.
- C quatro testemunhas.
- D cinco testemunhas.
- E oito testemunhas.

**60. O exame de corpo de delito**

- A é indispensável quando a infração deixar vestígios, podendo ser suprido pela confissão do acusado.
- B será realizado por dois peritos oficiais, sem necessidade de diploma do curso superior.
- C poderá ser suprido por prova testemunhal quando desaparecerem os vestígios e não for possível sua realização.
- D será realizado, na falta de perito oficial, por 3 pessoas idôneas, sendo dispensadas de prestar compromisso de desempenho do encargo.
- E não poderá ser realizado das 22:00 horas da noite às 06:00 horas da manhã.

## **PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO**

- A prova deverá ser feita com caneta esferográfica fabricada em material transparente, de tinta preta ou azul, com grafia legível, a fim de não prejudicar o seu desempenho quando da correção pela Banca Examinadora, não sendo permitida a interferência e a participação de terceiros;
- A redação deverá ser desenvolvida em, no mínimo, **20 (vinte)** linhas e, no máximo, **30 (trinta)** linhas;
- A Prova Discursiva-Redação será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos;
- A fuga completa ao tema proposto é motivo suficiente para que a redação não seja corrigida em qualquer outro de seus aspectos, recebendo nota 0 (zero).

**Leia, com atenção, o texto a seguir:**

No Rio Grande do Sul, o Juizado do Torcedor decretou a prisão de cinco torcedores do Internacional por atos de violência antes da partida contra o Nacional, na última quarta-feira, 5, pela Libertadores, no Beira-Rio.

Segundo o documento divulgado no site o Juizado do Torcedor, os homens estavam munidos com barras de ferro, pedaços de paus e soqueira quando foram pegos pela polícia. Os homens são membros da Torcida Organizada do Internacional Guarda Popular e, de acordo com o documento, não será aplicada medida cautelar de suspensão da torcida.

“Trata-se de uma medida que busca conter a espiral de violência do futebol, com finalidade pedagógica e, como tal, preventiva, para os acusados e para todos os demais, que insistem no proceder apelativo e violento, que coloca pessoas inocentes em risco”, disse o magistrado. [...]

**Cinco torcedores do Internacional têm prisão decretada após atos de violência.** Disponível em: <https://www.band.uol.com.br>

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema: **Medidas para combater a violência nos esportes.**

**Rascunho**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**Texto Definitivo**

<b>1</b>	
<b>2</b>	
<b>3</b>	
<b>4</b>	
<b>5</b>	
<b>6</b>	
<b>7</b>	
<b>8</b>	
<b>9</b>	
<b>10</b>	
<b>11</b>	
<b>12</b>	
<b>13</b>	
<b>14</b>	
<b>15</b>	
<b>16</b>	
<b>17</b>	
<b>18</b>	
<b>19</b>	
<b>20</b>	
<b>21</b>	
<b>22</b>	
<b>23</b>	
<b>24</b>	
<b>25</b>	
<b>26</b>	
<b>27</b>	
<b>28</b>	
<b>29</b>	
<b>30</b>	

**Gabarito Rascunho**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

**Gabarito**

**Simulado Amostra – Tribunal de Justiça da Bahia**

**NÍVEL SUPERIOR**

<b>Analista Judiciário – Área Judiciária – Oficial de Justiça Avaliador</b>																			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	E	D	D	B	B	E	C	E	D	D	E	A	D	A	C	C	B	A	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
E	E	D	D	A	B	B	E	B	E	B	C	A	A	B	B	C	B	C	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
A	D	D	A	C	A	A	D	B	C	C	E	C	D	D	E	C	A	D	C

**Modelo de Redação**

No preâmbulo da Carta Magna brasileira, definiu-se o Estado Democrático como imprescindível ao exercício da cidadania. Hodiernamente, contudo, a prevalência de brigas em estádios de futebol, por exemplo, configura uma realidade à margem da democracia. Nesse viés, a violência no esporte, em território nacional, representa ainda enormes desafios. Pode-se dizer, então, que a inércia estatal e o individualismo do empresariado são os principais responsáveis pelo quadro.

Primeiramente, ressalta-se a inoperância governamental para combater ideologias perversas. Segundo o pensamento hobbesiano, o Estado é encarregado de garantir a estabilidade social, entretanto, isso não ocorre no Brasil. Devido à negligência das autoridades, de acordo o jornal “O Globo”, a difusão de ideais fundamentalistas, em 2016, ensejou atitudes agressivas em competições de basquete. Dessa forma, geram-se condições favoráveis à perpetuação da intolerância, e os direitos mais básicos normatizados em lei, como o direito à proteção, são ameaçados.

Outrossim, a exclusiva ambição por lucro é parte elementar do problema. Acerca disso, destaca-se um princípio ético fundamental da filosofia de Eric Voegelin, do qual se deduz que o egocentrismo prejudica a conservação da prosperidade coletiva. Assim sendo, em análise realizada pela revista “Exame”, verificou-se que nos últimos anos, bancas de apostas, visando somente o enriquecimento, contribuíram com a violência no esporte ao incentivarem jogadores de futebol a cometerem faltas, atendendo à demanda dos sócios investidores. Logo, desrespeita-se, em nome de interesses individuais, uma importante noção da metafísica voegeliana, amplamente aceita, que harmoniza os vínculos humanos. Destarte, o bem grupal padece sob o jugo do egoísmo.

Portanto, são necessárias medidas capazes de restabelecer a ordem democrática. Cabe ao governo federal atuar em favor da população, mediante a gênese de leis que coíbam a propagação de ideias nefastas, a fim de assegurar a paz no esporte e o direito à proteção. Ademais, o corpo social deve obrigar os empresários a descontinuarem os projetos que colaborem com a violência, por meio de atos educativos e campanhas de mobilização em locais públicos, com a distribuição de cartilhas informativas, no intuito de viabilizar um ambiente justo e equilibrado. Assim, obter-se-ão os requisitos indispensáveis para a restauração da soberania civil.